



Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região  
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - 1º Grau

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0010505-86.2021.5.03.0137 em 10/03/2026 13:03:47 - 2bc2803 e assinado eletronicamente por:

- ANGELA SARAIVA PORTES SOUZA



Consulte este documento em:  
<https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
usando o código **26031013034261600000241552066**

**EDITAL DE LEILÃO.** JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – 37ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ: 0010505-86.2021.5.03.0137. EXEQUENTE: CLEISON DE SOUZA LIMA. EXECUTADOS: MINASGUARDA VIGLANCIA LTDA E OUTROS. O leilão ocorrerá na modalidade exclusivamente eletrônico, podendo ser transmitido ao vivo, e será realizado nos sites da leiloeira: [www.saraivaleiloes.com.br](http://www.saraivaleiloes.com.br) e [www.marcoantoniroleiloeiro.com.br](http://www.marcoantoniroleiloeiro.com.br); O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis nos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451.

**DATA DO LEILÃO:** 06/05/2026 a partir das 9h00min. Na hipótese de ser infrutífera a alienação, será realizado o 2º leilão no dia 10/06/2026 no mesmo horário e condições.

**ENCERRAMENTO DO LEILÃO:** Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse até as 17:00 horas, podendo ser prorrogado enquanto houver disputa.

**OBSERVAÇÃO:** Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas [www.marcoantoniroleiloeiro.com.br](http://www.marcoantoniroleiloeiro.com.br) e [www.saraivaleiloes.com.br](http://www.saraivaleiloes.com.br), o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob o codinome “lançador”.

**LANCE MÍNIMO:** No 1º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, qual seja, 60% do valor da avaliação e, se não for vendido, no 2º leilão serão aceitos lances a partir de 50% do valor da avaliação.

**DESCRIÇÃO DOS BENS: 01)** 123.000 cotas sociais do capital social da Empresa Fidelys Segurança Privada Transportes de Valores LTDA, CNPJ: 08.819.936/0001-50, pertencente ao sócio administrador Laurence Gustavo Pinto Neto, CPF: 012.247.096-67, no valor unitário de R\$ 1,00, conforme consta na ficha cadastral, NIRE 5120783550-6, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, avaliado em R\$ 123.000,00. Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, na data da penhora: “Certifico que consta no prontuário do executado registro de penhora da 44ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no quantitativo de 144.000 cotas sociais, conforme autos nº 0010776-23.2022.5.03.0182. Também na determinação judicial da 12ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, nos autos do processo 5036671-27.2020.8.13.0024, datado de 22/06/2020, cláusula de indisponibilidade da totalidade das cotas sociais. AVALIAÇÃO: 123.000,00;

**02)** 33.335,00 cotas sociais do capital social da Empresa Fortebanco Administração de Serviços LTDA, CNPJ: 05.560.160/0001-09, pertencente ao sócio administrador Edson Pinto Neto, CPF: 250.745.396-68, no valor unitário de R\$ 1,00, conforme consta na ficha cadastral, NIRE 312.086.725-9, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, na data da penhora: “Certifico que existem averbações em juízo trabalhista”. AVALIAÇÃO: R\$ 33.335,00.

**03)** 16.665 cotas sociais do capital social da Empresa Fortebanco Administração de Serviços LTDA, CNPJ: 05.560.160/0001-09, pertencente a sócia administradora Vanessa Avelino Vieira, CPF: 685.657.206-91, conforme consta na ficha cadastral, NIRE 312.086.725-9, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, avaliada em R\$ 1,00 cada unidade. Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, na data da penhora: “Certifico que as cotas sociais estão penhoradas no Processo da Justiça do Trabalho nº 0010515-33.2021.5.03.0137 - 37ª Vara Do Trabalho De Belo Horizonte/MG. Também foi objeto de penhora por determinação da 44ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, autos do processo nº 0010776-23.2022.5.03.0182”. AVALIAÇÃO: R\$ 16.665,00.

**TOTAL DA AVALIAÇÃO:** R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais).

**FORMA DE PAGAMENTO:** O leilão será aberto somente para pagamento à vista.

**CONDIÇÕES DO LEILÃO:** Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pela Leiloeira Ângela Saraiva Portes, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min. A leiloeira fica autorizada a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

3º) Nos termos do art. 887 §2º do CPC, o presente edital será publicado nos sites: [www.saraivaleiloes.com.br](http://www.saraivaleiloes.com.br) e [www.marcoantioleiloeiro.com.br](http://www.marcoantioleiloeiro.com.br).

4º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá realizar o cadastro e se habilitar nos sites da leiloeira ([www.saraivaleiloes.com.br](http://www.saraivaleiloes.com.br) e [www.marcoantioleiloeiro.com.br](http://www.marcoantioleiloeiro.com.br)) e, somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login*, poderá ofertar os lances.

5º) A Leiloeira não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo de acesso ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

6º) A Leiloeira não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mera mandatária, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

7º) Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pela Leiloeira Oficial para qualquer ajuste e/ou informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

8º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter “AD-CORPUS”.

9º) **Nos termos do despacho de id 4ec28ef, proferido pelo MMº. Juiz do Trabalho: “*Quem pretender arrematar os ditos bens, deverá estar ciente que à espécie se aplicam os preceitos da CLT e CPC subsidiariamente, bem como que responde por possíveis débitos tributários incidentes sobre o bem penhorado, além dos relativos a taxas e/ou contribuições de melhoria pela prestação de serviços referentes a tais bens, em razão do princípio da boa-fé do adquirente*” e ainda “*O edital a ser expedido deverá observar o disposto no art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e art. 244 e do Provimento Geral Consolidado*”.**

10º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

11º) Ficará a cargo do arrematante: as despesas referentes à transferência de propriedade, retirada e transporte do bem.

12º) Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para o recebimento de lances até o fim do expediente da Leiloeira, desde que respeitadas todas as condições do leilão realizado. Eventualmente, no tocante aos bens que não receberem lances, em atendimento aos princípios da economia e celeridade processual, poderá a Leiloeira receber propostas condicionais para que sejam levadas à apreciação do Magistrado, até o fim do ato de leilão.

13º) Pelos serviços prestados, caberá à Leiloeira o recebimento de comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, **a ser paga pelo arrematante.**

14º) A comissão da Leiloeira deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, **impreterivelmente até o dia subsequente à realização do leilão**, e o comprovante deverá ser enviado à Leiloeira no e-mail [financeiroleilao.trt3@gmail.com](mailto:financeiroleilao.trt3@gmail.com), na mesma data, até às 16h00min.

15º) O pagamento da arrematação será feito através de guia judicial que será encaminhada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro.

16º) O valor da arrematação deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas úteis subsequente ao leilão**, conforme art. 888, §4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado à Leiloeira no e-mail [financeiroleilao.trt3@gmail.com](mailto:financeiroleilao.trt3@gmail.com), na mesma data, até às 16h00min.

17º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão da Leiloeira, que reterá o valor correspondente. Na hipótese de não pagamento da comissão, a Leiloeira poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

18º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3º e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

19º) Ainda, em caso de inadimplemento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, os Leiloeiros ficam autorizados a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.

20º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

21º) A Nota de Arrematação será expedida pela Leiloeira após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

**22º)** Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 18º.

**23º)** Ficam as partes desde já intimadas do 2º leilão, que ocorrerá na data indicada neste edital, se o bem não for arrematado no 1º leilão.

**24º)** A Leiloeira não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

**25º)** Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **09/03/2026**.